ISSN: 2358-8829

UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR PARA A INFÂNCIA: DO TEXTO PARA O CONTEXTO

Ana Paula Pereira de Oliveira [1]

Larissa Lohayna de Oliveira Bessa[2]

Anderlia de Oliveira Lima [3]

Maria das Graças Silva[4]

Wedna Sangila Marques da Silva[5]

Orientadora do Trabalho

Antonia Moraes Leite Costa[6]

1. PALAVRAS INICIAIS

No cenário contemporâneo das políticas públicas, a educação infantil ganha destaque nos debates educacionais brasileiros, redefinindo o currículo para a infância a partir da contextualização local, social e individual. Ao organizarem sua Proposta Pedagógica Curricular (PPC), as instituições não podem desconsiderar sua trajetória histórica nem as normas do poder público, fruto de lutas da sociedade civil (Faria; Salles, 2012). Tais Marcos legais exigem contínua avaliação, pois consolidam a etapa como direito constitucional e dever do Estado, essencial ao desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo infantil.

Construir a proposta curricular demanda revisar a identidade e a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil, identificando seus fundamentos legais, concepções teóricas e o cenário de atendimento às crianças (Rio Grande do Norte, 2018).

[1] Graduando do Curso de Pedagogia Bilingue da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, autorprincipalpaulaoliveira328@gmail.com;
[2] Graduado pelo Curso de Pedagogia Bilingue da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, coautor1larissalohayna90@gmail.com;
[3] Graduando do Curso de Pedagogia Bilingue da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, coautor2anderliaoliveiradelima@gmail.com;
[4] Graduando pelo Curso de Pedagogia Bilingue da Universidade Federal Rural do Semi-Árido- UFERSA, coautor3maaryaa@gmail.com;
[5] Graduando pelo Curso de Pedagogia Bilingue da Universidade Federal Rural do Semi-àrido - UFERSA, coautor4wednasangela@gmail.com;
[6] Professora orientadora: titulação, Doutoramento em Ciências da Educação-Universidade Americana/ Assunción/PY, orientadora- antoniamorais46@yahoo.com. br

ISSN: 2358-8829

Essa temática vincula-se a uma trajetória profissional de mais de 35 anos da orientadora desta pesquisa, em educação básica e superior, com atuações na docência, gestora, coordenadora pedagógica e, por último dirigente municipal de educação, impulsionando a pesquisa científica em prol da qualidade do ensino público municipal.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso. O suporte teórico apoia-se em Faria e Salles (2012), Kramer (1997) e nos marcos normativos: Constituição Federal (BRASIL, 1988), LDB (Brasil, 1996), DCNEI (Brasil, 2009), BNCC (Brasil, 2017) e o Documento Curricular do RN (Rio Grande do Norte, 2018). A investigação empírica apoiou-se em entrevistas semiestruturadas com 5 (cinco) participantes envolvidas na reelaboração da Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil (PPCEI) da escola pesquisada, analisadas via Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Diante disso, formulou-se o problema central: Como está sendo implementada a Proposta Curricular para Educação Infantil no Jardim Escola Professora Rita Firmo de Souza a partir da BNCC? Secundariamente, investigam-se: quais aportes teóricos e políticos embasaram a BNCC? Como ocorre a reelaboração da PPCEI no contexto da prática cotidiana? O estudo objetiva analisar a implementação da proposta curricular na referida instituição, identificar os fundamentos teóricos e políticos da BNCC e verificar a dinâmica da reescrita curricular no cotidiano escolar, apontando caminhos para a efetivação dos direitos de aprendizagem infantil.

2. A NOVA BNCC: ASPECTOS HISTÓRICOS NA ARENA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Brasil é demarcado por profundas desigualdades sociais, no qual poucos foram os momentos históricos de pleno compromisso com a educação pública. As políticas públicas educacionais foram frequentemente marcadas por descontinuidades e omissões. Para compreender o ciclo de produção das políticas, recorre-se a Ball (2006), que postula que as políticas não prescrevem exatamente o que fazer, mas alteram o espectro de opções e estabelecem metas.

O autor propõe a abordagem do "Ciclo de Políticas", estruturado nos contextos de *influência*, de *produção do texto* e da *prática*. Na BNCC, o contexto da influência abrigou os discursos políticos e disputas ideológicas; o contexto da produção resultou no texto

normativo de 2017; e o contexto da prática constitui a arena real em que os atores escolares traduzem, interpretam e recontextualizam a norma.

Nessa perspectiva, as instituições escolares precisam rever suas Propostas Pedagógicas Curriculares na arena da prática com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui a BNCC. O documento busca superar a fragmentação das políticas educacionais e fortalecer o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, estabelecendo um patamar comum de aprendizagens essenciais para a Educação Básica (Brasil, 2017). Cumpre destacar que a BNCC não é um currículo em si, mas uma referência nacional obrigatória para a formulação dos currículos subnacionais e das propostas pedagógicas das escolas. Como referência nacional, articula-se com a formação docente, as avaliações em larga escala e a infraestrutura escolar.

Historicamente, o texto fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 205 define a educação como direito fundamental e, no Artigo 210, determina a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental. Esse comando é ratificado pela LDB nº 9.394/1996, que estabelece que os currículos devem ter uma Base Nacional Comum, complementada por uma Parte Diversificada vinculada às características regionais e locais (Brasil, 1996). Posteriormente, a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), reiterou em sua Meta 7 a necessidade de pactuação interfederativa para fixar os direitos e objetivos de aprendizagem.

No Rio Grande do Norte, composto por 167 municípios, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), em regime de colaboração com MEC, CONSED e UNDIME, construiu o Documento Curricular do RN (2018). Esse texto orientador desdobra a BNCC e as DCNEI considerando as especificidades socioculturais potiguares, incitando as redes a acolherem as múltiplas infâncias do estado — rurais, urbanas e litorâneas (Rio Grande do Norte, 2018).

3. CONCEPÇÃO DE CURRICULO E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Organizar a proposta curricular na Educação Infantil implica explicitar uma concepção de sociedade - de ser humano, de infância e de cuidado e educação (Faria; Salles, 2012). O currículo não se reduz a uma lista de conteúdos; expressa as experiências

ISSN: 2358-8829

vividas no cotidiano que constroem identidades (Moreira; Candau, 2008). Para Kramer (1997, p. 19), "uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar". Nesse sentido, as DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), concebe o currículo da Educação Infantil como:

> [...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Brasil, 2009, p. 2).

Para orientar a formação integral, a BNCC estabelece 10 (dez) Competências Gerais para a Educação Básica e estrutura a Educação Infantil em torno de 6 (seis) Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento: *Conviver* com outras crianças e adultos; *Brincar* cotidianamente de diversas formas; *Participar* ativamente do planejamento e das atividades; *Explorar* movimentos, objetos, formas, sons e cores; *Expressar* necessidades, emoções, sentimentos e dúvidas; *Conhecer-se* e construir sua identidade pessoal e cultural.

A organização curricular abandona a divisão por áreas ou disciplinas rígidas e estrutura-se em 5 (cinco) Campos de Experiências: *O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e formas; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.* Esses campos colocam a criança no centro do processo pedagógico como sujeito ativo e interativo, articulando seus conhecimentos prévios ao patrimônio cultural e científico.

4. METODOLOGIA: CAMINHOS ENCONTRADOS

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, a qual permite compreender os significados, valores e atitudes no contexto real dos fenômenos sociais. O campo de investigação foi o Jardim Escola Professora Rita Firmo de Souza, localizado no município de Olho d'Água do Borges/RN. Trata-se de uma Unidade Proinfância construída em 2013, que dispõe de infraestrutura física adequada e adaptada para o atendimento à Educação Infantil, constituindo referência para a rede pública municipal.

ISSN: 2358-8829

Os sujeitos da pesquisa foram 5 (cinco) profissionais envolvidas na reestruturação da proposta pedagógica da unidade: 1 (uma) Diretora escolar (D1); 3 (três) Professoras regentes (P1, P2 e P3); e 1 (uma) Estagiária do curso de Pedagogia (E1). O instrumento de coleta de dados consistiu em uma entrevista semiestruturada.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), estruturada em três fases: pré-análise (leitura flutuante e constituição do *corpus*); exploração do material (codificação e recortes em unidades de registro); e tratamento dos resultados e inferência. A partir da organização dos dados em categorias e subcategorias analíticas, realizou-se a análise dos resultados da implementação da nova proposta curricular no contexto da prática. Essa interpretação fundamentou-se nas narrativas das participantes quanto ao processo de revisão curricular a partir da BNCC e do Documento Curricular do RN (DCRN), tendo como suporte teórico a abordagem do Ciclo de Políticas no Contexto da Prática (Ball, 2006; Ball; Maguire; Braun, 2012).

Categoria I: Concepções de Proposta Curricular e seus Objetivos

A primeira categoria investiga a existência da Proposta Pedagógica/Curricular da Educação Infantil (PPCEI), sua concepção, objetivos e a dinâmica do seu processo de reescrita.

Quanto à **Subcategoria 1: Concepção de PPCEI**, as falas registradas destacam que o documento "sistematiza a organização do conhecimento, não é currículo, concretiza o ensino" (P1), "organiza o conhecimento [...] considera-se essencial..." (P2) e é percebido como "documento muito relevante para o desenvolvimento da instituição" (D1) e "essencial para todo corpo docente" (E1). Notadamente, sobressai a "concepção de criança como sujeito único, histórico-cultural e aprendente" (P3). Depreende-se como núcleo de significação que o documento é concebido como instrumento orientador do trabalho pedagógico, destacando-se a apreensão da criança como sujeito histórico-cultural.

Em relação à **Subcategoria 2: Objetivos da PPCEI**, os depoimentos expressam a finalidade de "nortear e fundamentar a prática pedagógica" (P1), "nortear o processo de ensino e aprendizagem" (P2), "nortear o trabalho pedagógico [...] atende a comunidade

escolar" (D1) e "nortear a ação pedagógica" (E1), além de "ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades..." (P3). O núcleo de significação revela que o objetivo foca na orientação da práxis pedagógica e na ampliação do universo de experiências e aprendizagens das crianças.

No tocante à **Subcategoria 3: Processo de Reconstrução**, os participantes indicam que a proposta é "construída com a participação da comunidade escolar" (P1), "reconstruída por toda comunidade escolar" (P2), "construída pela equipe da escola – professores, diretores e coordenadores..." (P3), visando "inserir [a equipe] na construção desse documento" (D1) e que é "construído pelos professores e toda equipe gestora [...] nos encontros pedagógicos" (E1). O núcleo de sentido evidencia a gestão democrática e a autoria docente, em que a escrita do currículo ocorre nos encontros pedagógicos coletivos.

Discussão da Categoria I: Os relatos evidenciam que as participantes compreendem a PPCEI como um instrumento orientador e estruturante. Notadamente, a fala de P3 alinha-se às diretrizes contemporâneas ao explicitar a concepção de criança como "sujeito único, histórico-cultural e aprendente", reforçando a perspectiva dos Campos de Experiências da BNCC. A concordância entre a gestão (D1, E1) e o corpo docente (P1, P2, P3) demonstra que a escola vivencia o contexto da prática (BALL, 2006) de forma ativa, traduzindo o texto prescritivo em uma prática contextualizada à realidade de Olho d'Água do Borges/RN.

Categoria II: Práticas Pedagógicas e a Organização por Campos de Experiências

A segunda categoria analisa a transição do ensino centrado em conteúdos tradicionais/disciplinares para a organização pedagógica pautada nos Campos de Experiências e nos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento.

Na **Subcategoria 1: Transição Metodológica**, os dados revelam a "superação da divisão por disciplinas para o trabalho interativo com os campos de experiências" (P1), um "planejamento centrado na vivência, no brincar e nas interações diárias" (P2) e a "adequação das rotinas para garantir os seis direitos de aprendizagem" (P3). O núcleo de

sentido aponta para uma mudança de paradigma na rotina pedagógica: do ensino instrucional para a centralidade das interações e da brincadeira.

A respeito da **Subcategoria 2: Desafios de Planejamento**, apontam-se a "dificuldade inicial em articular os objetivos de aprendizagem com as experiências práticas" (E1) e a "necessidade de reorganizar os espaços e tempos da escola para além da sala de aula" (D1). O núcleo de significação evidencia desafios de tradução do texto da BNCC para o planejamento diário e adaptação do espaço físico escolar.

Discussão da Categoria II: A transição para os Campos de Experiências exige do professor o papel de mediador e observador da rotina infantil. Como apontam Ball, Maguire e Braun (2012), a recontextualização de uma política envolve "interpretação e tradução". As narrativas revelam que a equipe docente busca superar práticas escolarizantes precoces, embora ainda enfrenta o desafio conceitual de articular os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento com a flexibilidade da rotina da Educação Infantil.

Categoria III: Formação Continuada e os Desafios do Contexto da Prática

A terceira categoria aborda o suporte formativo recebido pelos profissionais da rede e os principais fatores que influenciam a consolidação da nova proposta curricular.

Quanto à **Subcategoria 1: Momentos Formativos**, registra-se que "estudamos o Documento Curricular do RN durante as jornadas e encontros pedagógicos" (E1) e a indicação da "troca de experiências entre os pares como principal espaço de aprendizagem" (P1). O núcleo de sentido demonstra que a formação promovida na própria escola (em serviço) atua como o principal canal de apropriação do documento curricular.

Na **Subcategoria 2: Fatores de Restrição / Necessidades**, identificou-se a "necessidade de mais tempo para planejamento coletivo e materiais pedagógicos diversificados" (P2) e o desejo por um "acompanhamento mais contínuo e suporte teórico-prático da gestão" (D1). O núcleo de significação explicita demandas por infraestrutura, recursos materiais adequados e tempo institucional para estudos.

ISSN: 2358-8829

Discussão da Categoria III: A análise reflete que a implementação curricular é condicionada pelos recursos e pelo tempo disponível no contexto da prática (BALL, 2006). A formação em serviço durante os encontros pedagógicos tem sido o pilar para subsidiar os professores. Contudo, para que a implementação da BNCC se consolide plenamente nas escolas de Olho d'Água do Borges/RN, as narrativas indicam a necessidade de fortalecer a infraestrutura e a assistência formativa contínua dos docentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu analisar o processo de implementação da Proposta Pedagógica Curricular para a Educação Infantil no Jardim Escola Professora Rita Firmo de Souza à luz das diretrizes da BNCC e do Documento Curricular do Rio Grande do Norte.

Verificou-se que a escola passou por um processo de reelaboração do seu documento curricular, compreendendo-o como instrumento dinâmico e norteador da práxis pedagógica. O movimento de transição do "texto" para o "contexto" revela o desafio de superar visões tradicionalistas e fragmentadas em prol de uma organização pedagógica articulada em Campos de Experiências e centrada nos Direitos de Aprendizagem.

Conclui-se que a implementação da BNCC no contexto da prática exige formação continuada, espaços coletivos de planejamento e escuta atenta dos sujeitos da escola. A reestruturação curricular na instituição investigada demonstrou avanços significativos no fortalecimento da identidade da Educação Infantil e na promoção de uma educação pública pautada na equidade e no desenvolvimento integral da criança.

AGRADECIMENTOS:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação Global Inc.: novos redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e interpretação da escolarização: alguns desafios conceituais e metodológicos. *In*: JEFFREY, Bob; WALFORD, Geoffrey (org.). **Etnografia e políticas educacionais: contextos e práticas**. Brasília: Liber Livro, 2006. p. 15-38.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy: policy enactments in secondary schools**. London: Routledge, 2012.
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF, 2014.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

DANTAS, Magna França. **O currículo na Educação Infantil: saberes e práticas**. Natal: EDUFRN, 2016.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; SALLES, Fátima. **Curricularização e Educação Infantil: desafios e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2008.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.